

Catadores de materiais recicláveis: uma realidade após 10 anos

Aplicaciones Profesionales

Grupo de Trabajo 15 – Meio ambiente, sociedade e desenvolvimento sustentável

Ataualpa Luiz de Oliveira

Resumo:

O presente trabalho visa compreender o período de 10 anos que se passaram desde a fundação até os dias atuais da Associação de catadores de materiais recicláveis de São João Del Rei – ASCAS. Este grupo começou a se reunir no ano de 2003 mas se constituiu efetivamente como associação ao longo dos anos que se sucederam. Hoje, em 2013 a associação passa por um debate interno sobre a forma de atuar, haja vista a necessidade de mudança de local de trabalho e de uma reaproximação com o poder público municipal. Ao longo deste tempo verifica-se diversos pontos que se fortaleceram e outros tantos que precisam ser trabalhados na dinâmica grupal.

Palavras-chave: catadores de materiais recicláveis, associativismo, psicossociologia, trabalho grupal.

1. Introdução

As práticas associativas da economia solidária, até há pouco tempo isoladas e dispersas, adquirem hoje maior visibilidade, organizam-se em redes, provocam mudanças e sofrem transformações. Apesar disso, e por ser objeto de escassa tradição de pesquisa e estudo no Brasil, esse fenômeno ainda se configura como um conjunto fragmentado que abriga diferentes discursos e estatutos.

Poder contribuir para as discussões sobre significados, características, tendências e conseqüências das iniciativas da economia solidária significa, por um lado, conhecer as condições histórico-sociais nas quais esse universo de fenômenos se constitui, é discutido e é difundido e, por outro lado, apreender empírica e criticamente a dinâmica dessas práticas sociais (Kemp, 2001).

Para discorrer sobre a temática proposta, tomou-se o processo de constituição de uma iniciativa da economia solidária e recorreu-se às noções de vínculo grupal e laço social. Considerou-se que a utilização dessas noções poderia possibilitar uma abordagem psicossocial do fenômeno em questão, uma vez que permitiria tanto abordar o cotidiano, lugar onde ocorrem as ações e interações, quanto também abarcar discussões mais abrangentes sobre relações de poder econômico e poder social.

Nessa perspectiva, as práticas associativas foram tomadas como cenários dentro dos quais busca-se desenvolver processos sustentados pela solidariedade pública, só passível de ser instaurada a partir do estabelecimento de um contrato social e por conseqüência do laço social - construído em torno de direitos sociais (Kemp, 2001). Isso por que acredita-se que os empreendimentos da economia solidária encontram sua singularidade ao produzirem ações que se construam nos limites internos das organizações, mas que também os extrapolem, podendo provocar mudanças nos meios institucionais. Considera-se, ainda, que tais empreendimentos devem colocar-se na interface das esferas econômica, social e política, buscando articulá-las (Laville, 1995).

Para além dessa intervenção e análise mais macro envolvendo os aspectos econômicos, político e social, procurou-se observar, também, o cotidiano e a dinâmica interna de um empreendimento

solidário junto ao qual a universidade tem desenvolvido uma ação de investigação/intervenção, enfocando seu alcance e limites. Nesse sentido, elegeu-se a noção de vínculo grupal para dar conta dos elementos em jogo na formação dos grupos e na perenidade de sua ação.

O empreendimento da economia solidária em foco é a Associação dos Catadores de Material Reciclável de São João del-Rei – ASCAS - que iniciou suas atividades dentro do galpão em setembro de 2005, fato que concretizou a proposta de constituição e funcionamento adequado desse empreendimento. O projeto de investigação/intervenção ora em vigência junto à Associação tem como objetivos a produção de conhecimentos sobre o processo de constituição/consolidação do grupo e o desenvolvimento de ações conjuntas visando à emancipação social e econômica dos catadores, bem como à implantação de um piloto de coleta seletiva para o município. Com isso, espera-se poder compreender os elementos do cotidiano da ação presentes nos processos de formação e manutenção do grupo. Por se tratar de uma investigação participante, espera-se poder contribuir para a consolidação do empreendimento, a melhoria das condições de trabalho, a ampliação da renda dos associados e a informação e sensibilização ambiental da população. Nessa etapa do projeto, busca-se contribuir para o aumento do volume de material processado pela ASCAS, possibilitando a ampliação da renda dos associados, a melhoria de suas condições de trabalho e a consolidação desse empreendimento, sob a égide de uma solidariedade pública e construída em torno de direitos sociais. Prevê-se, ainda, poder contribuir para a implantação da coleta seletiva na região do entorno da ASCAS e propiciar informação e sensibilização ambiental para a população de São João del-Rei.

Neste sentido, tendo chegado ao ano de 2013 completa-se uma década de trabalho junto ao grupo de catadores do município de São João Del Rei, o qual deu origem à Ascas. Neste período, varios pontos avançaram e outros permanecem na inércia, contudo, o que se pode concluir ao longo destes 10 anos é que os integrantes deste grupo se portam como protagonistas de sua vida e ação.

2. Revisão de literatura

2.1 - A Perspectiva da Economia Solidária

No contexto da reestruturação da economia mundial, tem-se destacado o associativismo econômico como um segmento que vem se expandindo e se dinamizando consideravelmente, nas últimas décadas, em resposta à exclusão e ao grave problema do desemprego. Ele é composto por atividades de natureza lucrativas, entendidas não como maximização dos lucros, mas como rentabilidade necessária para autonomia financeira e garantia da sobrevivência do empreendimento. Refere-se às iniciativas que têm finalidade social e sentido solidário (envolvendo propriedade coletiva, gestão democrática e cooperativa e partilha das rendas, privilegiando as pessoas e o trabalho, e não o capital) e que, ao mesmo tempo, têm como objetivo gerar rendas e atuar a partir de um sentido empresarial, buscando alcançar possibilidade e realização econômica (Defourny *et al.*, 1999; Gaiger *apud* Kemp, 2001).

“São empreendimentos econômicos valorizados não apenas pela produção de bens e de serviços, mas, sobretudo, pela rentabilidade social que geram. É essa rentabilidade social diz respeito à possibilidade de as iniciativas produzirem mudanças institucionais no seu meio de atuação. Uma interpretação mais recente tem considerado as iniciativas da economia solidária como direcionadas a uma "ação propositiva" que, considerando e também ultrapassando as necessidades sociais imediatas e as questões organizacionais *stricto sensu*, buscam articular as dimensões solidária, econômica e política. Elas constituiriam uma ação intermediária entre essas três dimensões e produziriam formas inovadoras de

produção e trabalho e modelos alternativos para a economia e para a sociedade” (Kemp, 2001, p. 35).

Laville (1995) aborda o conceito de economia solidária buscando adequar o quadro teórico para a interpretação das dinâmicas associativas da atualidade, caracterizadas pelo retorno à noção de solidariedade, pela valorização do espaço local e pelo aparecimento de iniciativas comunitárias de um novo tipo. Segundo ele, não se trata de concorrer com o conceito de economia social, mas de buscar, em suas raízes, a indivisibilidade do econômico, do social e do político. O autor critica a adaptação da economia social à lógica do mercado e à debilitação de seu conteúdo político e de sua capacidade de mudança.

Nessa concepção, ocorre o rompimento com a noção tradicional de solidariedade, que tinha relação com a esfera privada e reportava-se à moralidade e aos costumes. A solidariedade passa, então, a ser uma questão relacionada à esfera pública e aos embasamentos que sustentam a vida em sociedade.

Deve-se compreender os empreendimentos da economia solidária como se apresentando a partir de ações locais e que visam à criação de novas formas de solidariedade nas comunidades. A atuação das organizações voluntárias da cidadania revela

o estabelecimento de elos entre seu pólo originário local e o papel de crítica mundial que se atribuem. Esta forma de atuação, somando-se a adoção da informatização e a atitude de vinculação a redes - que favorece a ampliação das possibilidades de circulação de bens, serviços e informações - dá condições para que as iniciativas da economia solidária extrapolem os limites impostos por sua localização e aumentem seu âmbito de influência muito além de suas fronteiras.

Nessa perspectiva, o projeto de investigação/intervenção procura compreender os mecanismos empregados pela ASCAS no processo de sua constituição e consolidação como empreendimento solidário que busca se estabelecer sob a égide de uma solidariedade pública construída em torno de direitos sociais. Isso tem sido expresso por meio da rede de alianças estabelecida em torno da Associação e dos indicadores da construção de um contrato social renovado entre o Poder Público Municipal e a ASCAS, o que poderá dar origem à possível reconstituição do laço social dos membros associados.

2.2 - O Vínculo Grupal

Concomitantemente ao estudo de aspectos (psico)sociais, políticos e econômicos presentes na constituição do laço social (ligações estabelecidas entre os sujeitos e a sociedade de maneira ampla), destacam-se os processos de constituição e manutenção dos vínculos estabelecidos dentro dos grupos que compõem os empreendimentos da economia solidária.

Já se argumentou em trabalhos anteriores (Kemp, 2001) que as iniciativas da economia solidária estão se apresentando como uma saída necessária para o período de crise da sociedade capitalista, na luta contra o desemprego e a exclusão. Porém, considerase que, para que tais iniciativas consigam realizar seu potencial, é necessário que se considere a inserção concreta e cotidiana dos trabalhadores nessas práticas, empenhando-se em compreender suas várias facetas.

Nessa direção, o exame da bibliografia sobre o tema têm revelado a existência de poucas análises que enfocam a maneira como os trabalhadores, envolvidos nas práticas associativas da economia solidária, se inserem no concreto cotidiano dessas experiências. “Parte-se do pressuposto de que as alterações provocadas pelas práticas associativas da economia solidária não significam somente modificações nos processos produtivos, mas são, talvez antes de tudo, maneiras de construção de novos vínculos grupais, de reconstituição do laço social e das identidades socioprofissionais” (Kemp, 2001, p. 3). Ou seja, destaca-se o papel essencial do sujeito nos processos de transformação social.

Compreende-se que é em torno do desenvolvimento de um projeto coletivo, de uma ação a ser efetivada compartilhadamente, que os indivíduos se associam e mantêm grupos. Para que um projeto coletivo seja realizado, é necessário que os membros do grupo partilhem não só racionalmente, mas também afetivamente, um sistema de valores, ancorado em um imaginário social, a partir do qual são construídas as representações que cada um tem de si e dos outros e os ideais que desejam ver concretizados. (Enriquez, 2001)

Para que o indivíduo participe do projeto coletivo, ele abre mão de seus desejos individuais e reprime pulsões, aderindo às imposições sociais e para além, tornando-se um agente de repressão e adesão social. Existe, então, a troca da liberdade pela segurança da manutenção do narcisismo individual, amparado pelo narcisismo grupal. Ao mesmo tempo, ele deseja que o grupo reconheça como um indivíduo que deseja, ou seja, um indivíduo possuidor de especificidades e que deve ter seus desejos reconhecidos pelo grupo. Mesmo que o indivíduo não consiga ser amado, ele espera ao menos não ser rejeitado, pois ocorre na escolha do projeto grupal, que o indivíduo elegeu também como seu, uma expectativa de que é com esse grupo e não com outro que poderá haver reconhecimento de seu desejo.

O indivíduo quer ainda que o grupo possa reconhecê-lo como membro do mesmo, e não somente passível de poder expressar seus desejos. E esse interesse em ser membro do grupo caminha paralelo ao aceite por parte de seus semelhantes. O indivíduo não estaria no grupo se os membros não o quisessem como membro e se este também não quisesse se encontrar na posição de membro do grupo. Assim, os interesses devem ser próximos e as diferenças entre os membros mínimas. A identificação no grupo ocorre com a eleição de um mesmo objeto de amor, que pode ser um ideal, um projeto ou um sonho. Para Enriquez (2001), somente com a identificação entre os membros é que o grupo poderá se tornar um “corpo social” e não mais será um aglomerado de indivíduos.

O que vai impulsionar a realização do projeto coletivo será a idealização, fator que confere tanto ao projeto quanto a cada membro envolvido na empreitada uma conotação especial e admirável e que, segundo Freud apud Enriquez (2001), permite a cada um sentir-se parte interessada no devir social e ser liberto de seu “desamparo original”, desaparecendo a angústia de estar sem proteção e ter sido abandonado.

Embora o processo de idealização esteja presente na formação de qualquer grupo e se coloque como instrumento de guia e ponto orientador para seu percurso, a permanência e prevalência do processo de idealização no grupo podem acarretar a não aceitação de diferenças e questionamentos, impondo aos indivíduos uma estrutura heterônoma.

A idealização, quando prevalente no desenvolvimento do projeto grupal, impede a criatividade dos indivíduos. Questionamentos, dúvidas e incertezas não podem e nem devem fazer parte do repertório do indivíduo e/ou do grupo. Estes sempre idealizam sociedades, ações e projetos para que, assim, possam viver sem precisar imaginar ou se deparar com a possibilidade da existência de um sujeito questionador e conhecedor de suas próprias fraquezas.

Existindo o projeto comum, caberá ao grupo e aos seus membros posicionarem na direção da idealização cristalizada ou na busca de uma diferenciação dos indivíduos e maior amplitude nos desejos expressos pelos membros. Na primeira via, o grupo tende a tornar-se uma estrutura rígida, na qual o aparecimento da diferença, a possibilidade de questionamento e a liberdade de expressão são práticas inexistentes. Nesses grupos, prevalece o temor de que o ideal comum, que une e oferece suporte psíquico para os membros, afastando o perigo da fragmentação, possa ser abalado ou destruído.

Por um outro lado, buscando uma maior possibilidade de expressão dos desejos, aceitação da diferenciação e das incertezas, o grupo passará a utilizar o tratamento de conflitos como sua ferramenta de estruturação e de articulação. O grupo poderá questionar seus ideais, os indivíduos poderão ter maior liberdade e criatividade na defesa de seus objetivos e os ideais propostos inicialmente pelo grupo ganharão dinamicidade e acompanharão o movimento do grupo, tornando-se passíveis de mudança. No

entanto, a abertura para a expressão, aceitação e questionamento pode levar o grupo a ficar centrado em si mesmo, situação na qual as discussões e os conflitos internos passam a ser mais importantes do que a busca por resoluções que digam respeito ao projeto grupal.

O estudo de fenômenos psicossociais nos grupos pode ajudar a compreender como e por que os indivíduos que se unem em torno de um projeto comum, especificamente no contexto da economia solidária, esbarram em questões estruturantes que se configuram como um empecilho para a instalação e perenidade da ação do grupo e de seu projeto comum. Então, questiona-se quais os marcos identificatórios que permeiam nossos grupos?

3. Breve Histórico

O início da presente ação de investigação/intervenção situou-se num contexto no qual a população com a qual seria desenvolvido o trabalho, ou seja, aquela que vive da cata de materiais recicláveis no município de São João del-Rei, não se encontrava organizada de maneira efetiva. Na época, um grupo de catadores realizava encontros semanais, com a equipe da universidade, em reuniões nas quais discutia a constituição da associação, as formas de estruturação do trabalho coletivo, novas maneiras de viver e agir no dia-a-dia e a construção de uma rede de alianças.

A maioria dessas pessoas havia adotado a cata do material reciclável como a possibilidade que se apresentava para a garantia de sua sobrevivência e de sua família. Para tanto, submetiam-se a situações de muita exploração em suas rotinas de trabalho; por exemplo, os donos dos depósitos, que comercializavam o material recolhido, pagavam quantias irrisórias aos catadores e não existia qualquer tipo de suporte para o exercício da atividade, tal como coleta seletiva de lixo ou galpões para separação e armazenamento do material. Esse último ponto exigia que os catadores tivessem de separar na própria rua, em meio ao lixo todo misturado, o material reciclável e fossem forçados a armazená-lo em suas casas, o que constituía risco à saúde pública.

Além disso, essa atividade laboral era compreendida pelo seu lado negativo: os catadores eram vistos pela população da cidade, e mesmo pela própria administração pública municipal, como pessoas que sujavam a cidade, mexendo no lixo e espalhando-o pelas calçadas. Não era valorizado o trabalho de cata de materiais recicláveis como uma atividade que, além de contribuir com a limpeza urbana, é importante para a preservação do meio ambiente.

Da busca por alianças, podemos citar algumas que ao longo do projeto foram estabelecidas. Entre elas, com a Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, responsável pela organização dos catadores de material recicláveis de Belo Horizonte, com a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte – ASMARE -, a Prefeitura Municipal de São João del-Rei, a Associação Comercial e Industrial. Foram firmados, convênios entre os parceiros do projeto, nos quais foram definidos papéis e responsabilidades, tendo em vista a atuação conjunta no processo, constituição e continuidade da ASCAS e a implantação da coleta seletiva na cidade.

A constituição da Associação de Catadores de Material Reciclável de São João del-Rei – ASCAS - ocorreu legalmente, no final de 2003, dentro do projeto desenvolvido na UFSJ intitulado “Inclusão Social do Catador de Material Reciclável de São João del-Rei e Conscientização Ambiental”.

Em agosto de 2005, a ASCAS iniciou uma nova fase, com a inauguração de um galpão, subsidiado pela Prefeitura Municipal, que arca com o seu aluguel. O galpão foi equipado com um conjunto de máquinas para o processamento dos materiais coletados, como resultado de um projeto aprovado e financiado pela Fundação Banco do Brasil.

Assim, os catadores da ASCAS também abriram as portas do galpão uniformizados e com equipamento de segurança adequado, por meio do apoio da Companhia Industrial Fluminense, com filial em São João del-Rei.

A equipe da UFSJ também concorreu ao edital n° 18/2005 do CNPq e teve aprovado um projeto que prevê a ampliação da área de implantação da coleta seletiva no município, que contribui para equipar mais adequadamente a ASCAS e qualificar os membros da Associação.

5. Análise dos resultados

As ações de investigação/intervenção visavam ao acompanhamento reflexivo e ativo do desenvolvimento de um projeto que tem sido implementado por um grupo de catadores de materiais recicláveis e que busca alcançar, como resultados mais imediatos, a constituição e consolidação de um empreendimento solidário e a concomitante compreensão desse processo. Desde o início do trabalho, acreditou-se que essa compreensão poderia se configurar como importante ferramenta para um novo posicionamento dos catadores frente a realidade social, abrindo caminhos para a conquista do *status* de ser “solidário”.

Durante um período de aproximadamente dois anos, a ASCAS foi sendo construída somente no patamar das idéias. Os catadores ainda não tinham um espaço adequado para o processamento do material coletado e, por várias vezes, demonstravam-se acomodados com a situação puramente idealizada de uma associação. É compreensível que grande parte dos envolvidos esperava e ainda espera, em alguns momentos, que tal empreendimento viesse confortá-los, dar-lhes alimento e até uma vida melhor sem um esforço direto por parte de cada um deles. Questões de âmbito pessoal sempre permeavam as reuniões e tinham uma dimensão pontual, às vezes, emergencial. O momento de reunião para constituição e organização do empreendimento era entendido por muitos como uma busca por assistência. Essas questões nos remetem ao quanto a cultura assistencialista está arraigada na população. E, para além disso, qual deveria ser o posicionamento da universidade frente a essas questões. E, ainda, qual o projeto comum que esse grupo buscava? E quais os marcos identificatórios que os uniram e os mantinham unidos?

Em setembro de 2005, no galpão/sede, a Associação dos Catadores de Material Reciclável de São João del-Rei iniciou as atividades contando com maquinário para a trituração, pesagem e prensagem do material coletado por seus associados que, a partir daí, passaram a sair às ruas da cidade, uniformizados. Esse fato marcou o início de uma nova fase no projeto em que o empreendimento passou a funcionar efetivamente.

Um novo posicionamento por parte dos catadores, que desde então, se unem como associados, passou a ser necessário. Onde antes a participação era individual e o envolvimento com o coletivo era mínimo, agora é necessário que os associados se tornem agentes pró-ativos para o funcionamento do galpão e o conseqüente desenvolvimento da Associação. A Associação precisa de membros que se disponham a colocar em questão suas dificuldades, seus objetivos, seu funcionamento e, até mesmo, suas próprias questões.

Indivíduos que não se prendam simplesmente a idéias e ideais, mas que os tenham como força motora. E a construção desse posicionamento implica a constituição de vínculos grupais e a reconstituição do laço social, por meio do estabelecimento de alianças externas e da constituição de um contrato social renovado.

Em contraponto com essa força motora da idealização, deve-se estar atento à presença de ideais enganosos, nos quais as ações práticas podem vir a ficar prejudicadas por metas que estão fora do contexto real de uma atividade específica. Como exemplo, podemos citar a fala de um catador idealizando a capacidade atual de prensagem diária de material da Associação: “*Nós podemos prensar oito fardos em um dia!*”, sendo que a realidade atual era outra, com média de dois fardos/dia prensados na Associação. Pode-se analisar essa fala de duas maneiras. A primeira como sendo uma fala de incentivo aos companheiros, na qual esse catador almeja que a Associação aumente seu volume de material prensado e acredita que, dando ênfase na capacidade do trabalho dos outros associados, esse

crescimento se efetivará. Uma segunda e um pouco mais criteriosa é a análise dessa fala como sendo um empecilho para o planejamento e organização das atividades de prensagem. Ou seja, o vislumbre causado pela idéia de se conseguir prensar um volume maior de material, do que se é capaz, acaba sendo um entrave para a organização e o estabelecimento de metas plausíveis.

Outro exemplo de como a idealização pode se apresentar de forma enganosa refere-se à busca por um tipo de venda³, que nesse momento ainda é utópica e que acarreta prejuízos para a Associação. É preciso o acúmulo de materiais para a venda direta às fábricas de reciclagem, que exigem, para efeito de negociação, um volume maior de materiais do que o necessário para a venda aos atravessadores. E para que se consiga completar a carga imposta para a venda, é preciso um período relativamente extenso (aproximadamente dois meses). Com o prolongamento do período de “entre vendas” o movimento financeiro da ASCAS se complica. O acerto financeiro do material depositado é feito em um prazo menor (semanalmente) do que a entrada de verba, que ocorre pela venda de materiais. Esse problema financeiro tem reflexos claros no volume de material encaminhado pelos associados para processamento na Associação.

Esse ideal de vendas a grandes compradores, fugindo de atravessadores que praticam preços desleais diante do esforço que esse tipo de trabalho exige, deve ser considerado, ainda, como um “ideal motor” que dá perspectiva e impulsiona a manutenção e continuidade do projeto comum.

A percepção da relação entre iguais pode ser percebida quando se analisa o posicionamento de parte dos associados nas assembléias ou reuniões e quando a importância na participação e valorização das contribuições de cada um é enfatizada. Esses são momentos soberanos no funcionamento do empreendimento e cada associado tem o direito e o dever de expressar suas opiniões e de se posicionar independentemente.

Nota-se que o processo de identificação com o projeto coletivo está se constituindo. A conquista do uso dos uniformes é considerada, pelos próprios associados, como de grande valor simbólico. Assim, falas como as que mencionam a responsabilidade de se esmerarem para prestar um bom serviço e para se posicionar de maneira correta perante a comunidade, que os identificará com a Associação por meio do uniforme, têm se tornado freqüente.

Ainda com relação ao uso dos uniformes, percebe-se como estes têm funcionado como um símbolo de pertencimento à Associação. Membros da Associação que estão no projeto há mais tempo têm se preocupado com o uso do uniforme pelos novos associados, pois segundo um catador: “*Só assim eles (os novos associados) vão sentir que estão na Associação*” (Associado G).

Além de ações que indicam o desejo de ser reconhecido pelo grupo como um de seus membros, outro movimento também pode ser percebido: a necessidade de cada associado ver sua singularidade e seu desejo serem reconhecidos pelo grupo. Um exemplo disso é expresso por um dos associados que, por meio de suas falas e atitudes, parece buscar, além de uma identificação com seus companheiros, o reconhecimento de sua pessoa, de sua presença e/ou de seu empenho junto ao grupo. No início, esse catador participava do projeto como um dos membros do grupo. Embora sempre presente no grupo, sua fala característica era: “*Isso aqui não vai dar certo! Eu vou sair! Eu vou sair! Num vou ficar aqui, não. Semana que vem, eu não volto!*” (associado JR). No biênio 2004/2005, ele assumiu o cargo de animador geral⁴ da ASCAS. Durante esse período, aquela fala relacionada à questão de sua saída da Associação não foi mais ouvida. Com a proximidade do fim de sua gestão, a fala de abandonar a Associação retorna: “*Quando acabar meu cargo eu vou sair! Num vou ficar aqui, não!*” (associado JR). A busca pelo reconhecimento de seus desejos e de sua participação parecem evidentes. Cabe ressaltar, então, que além da busca por um reconhecimento, da importância dada por esse associado à sua participação e filiação a esse grupo, ele parece tê-lo eleito como sendo o detentor da possibilidade de concretização de seus próprios desejos.

Um novo posicionamento dos associados pode ser percebido com a retomada das discussões e a reformulação de normas e regras para o funcionamento das atividades dentro

do galpão. O que antes do funcionamento do galpão só era discutido, mas não aplicado, passou a fazer parte do cotidiano dos associados. Um indicativo dessa mudança está no posicionamento de um associado que tem problemas de alcoolismo e, que, algumas vezes, freqüentou o galpão embriagado. Ele tem sido um dos mais enérgicos defensores de que seja aplicada uma suspensão ou outra penalidade qualquer para quem comparecer ao galpão embriagado. Onde antes se encontravam indivíduos passivos diante de um projeto coletivo apenas idealizado, hoje surge um grupo de indivíduos que consegue questionar vários pontos do projeto idealizado e sua participação no mesmo.

Além das mudanças que vêm ocorrendo no interior do grupo, pode-se destacar o aprofundamento das alianças que estão sendo construídas com o Poder Público e com a sociedade civil organizada do município. A Prefeitura está cumprindo de forma adequada sua parte no convênio, que prevê o pagamento do aluguel do galpão, onde funciona a sede da Associação.

O que se espera com o caminhar do empreendimento é que os associados possam ter condições de assumir o controle de maneira integral, lutar por seus direitos e dos próximos e entender a Associação de Catadores como uma possibilidade de transformação em suas vidas e da comunidade, e não somente como uma forma de subsistência. Essas questões possivelmente serão aprofundadas com o decorrer do tempo. O que se pode ressaltar é um processo inicial na maneira como os associados da ASCAS têm compreendido e se implicado em seu empreendimento. E esse movimento é deflagrado por um maior questionamento, inquietação e busca por melhorias no grupo e no funcionamento desse empreendimento.

6. Conclusões

A experiência da ASCAS pode ser considerada como um iniciativa que tem procurado se ancorar sobre o diálogo, sobre a divisão de responsabilidades e sobre a procura de novas relações entre Poder Público e sociedade civil, nas quais procura-se estabelecer, além da reconstrução, uma nova regulação do laço social, trazendo repercussões positivas para a sociedade como um todo. E um novo posicionamento dos associados frente a realidade do seu empreendimento se constituirá como ponto fundamental para essa reconstrução.

Ao se reconhecerem como trabalhadores da limpeza urbana, cidadãos participantes de um contrato social que começa a ser construído e que lhes abra a possibilidade de entrar na discussão relacionada aos direitos sociais, os catadores da ASCAS têm se posicionado de modo diferenciado nos momentos de reuniões com parceiros e apoiadores externos.

Onde antes a fala da equipe técnica da Universidade era predominante, hoje percebe-se parte dos associados assumindo a fala. Além dessa questão, a situação dos catadores transforma-se decisivamente quando começa a ser mudado o sentido atribuído ao significado do que é ser catador de papel pela comunidade, isto é, quando começa a ser mudado a percepção que a população da cidade tem a respeito do catador. Ou seja, se antes a população da cidade simplesmente desconhecia os catadores de materiais recicláveis ou era arredia a eles, considerando-os como pessoas que sujavam a cidade, eram mendigos ou marginais, agora começa a percebê-los como trabalhadores da limpeza pública.

A participação do coletivo na experiência de construção do empreendimento, somada ao processo educacional pelo qual estão passando, tem dado aos catadores condições, mesmo que de modo incipiente, de gerir seu negócio, de exercitar-se politicamente e de resgatar o *status* de cidadão, situando-os de maneira inovadora dentro do contrato social estabelecido.

Assim, analisando as práticas associativas, desenvolvidas pelo movimento dos catadores de papel e as mudanças sociais decorrentes dessas práticas, percebem-se indicativos de uma nova regulação do laço social, constituída a partir do estabelecimento de um certo consenso cultural, em

estreita ligação com uma transformação em curso da identidade coletiva do empreendimento social e que tem repercussão na identidade pessoal dos associados e nas suas relações intersubjetivas.

7. Referências Bibliográficas

EME, Bernard; LAVILLE, Jean-Louis (Org.) **Cohésion sociale et emploi**. Paris: Desclée de Brower, 1994a

ENRIQUEZ, Eugéne. **O vínculo grupal**. In: MACHADO, Marília Novais da Mata *et al.* (Org. e Trad.) *Psicossociologia; Análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **O papel do sujeito humano na dinâmica social**. In.: MACHADO, Marília Novais da Mata *et al.* (org. e Trad.) *Psicossociologia; Análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **A interioridade está acabando?** In.: MACHADO, Marília Novais da Mata *et al.* (org. e Trad.) *Psicossociologia; Análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DEFOURNY, Jacques *et al.* **L'économie sociale au Nord et au Surd**. Paris, De Boeck & Larcier, 1999

KEMP, Valeria Heloisa. **Práticas Associativas da Economia Solidária e Laço Social**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC/SP, 2001.

LAVILLE, Jean-Louis. *Économie Solidaire, Économie Sociale et État Social*. In: KLEIN, Jean-Louis; LÈVESQUE, Benoît (Org.) **Contre l'exclusion: repenser l'économie**, Montréal, Press de l'Université du Quebec, 1995